

**ENTRE CERCAS E
SILÊNCIOS: GÊNERO E
SEXUALIDADE NOS
TERRITÓRIOS RURAIS
BRASILEIROS**

**BETWEEN FENCES AND SILENCES: GENDER AND SEXUALITY IN
BRAZILIAN RURAL TERRITORIES** TEMAS EMERGENTES 2025 CYCLE

Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas • 31/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/780206606](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/780206606)

Liziany Müller¹

Ivanio Folmer²

Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad¹

Mateus Gonçalves Silva²

Alessandra Regina Müller Germani²

Ismael Elenito Silveira²

Dinarte Teixeira Júnior²

Janete Webler Cancelier²

RESUMO

Os territórios rurais brasileiros constituem espaços complexos, atravessados por múltiplas territorialidades, relações de poder e processos históricos que influenciam a construção das identidades sociais. Neste contexto, as questões de gênero e sexualidade assumem papel central para compreender as dinâmicas de invisibilização, exclusão e resistência presentes nas ruralidades contemporâneas. O presente estudo tem como objetivo analisar as relações de gênero e sexualidade nos territórios rurais brasileiros, discutindo os processos históricos e culturais de silenciamento das diversidades e as formas de resistência construídas por mulheres, juventudes rurais e sujeitos LGBTQIAPN+. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em autores que discutem ruralidades, territorialidades, gênero, sexualidade e Educação do Campo. Os resultados evidenciam que os espaços rurais permanecem marcados por estruturas patriarcais, heteronormativas e conservadoras que produzem desigualdades e mecanismos de controle sobre corpos, identidades e afetividades. Contudo, o estudo também demonstra que as ruralidades são territórios de resistência, nos quais movimentos sociais, coletivos, escolas do campo e organizações comunitárias vêm promovendo práticas voltadas à valorização da diversidade e à construção de relações sociais mais inclusivas. Conclui-se que compreender gênero e sexualidade no campo exige superar visões homogêneas sobre as populações rurais e reconhecer a pluralidade de sujeitos, experiências e territorialidades que compõem o rural brasileiro contemporâneo. Defende-se o fortalecimento de políticas públicas, práticas educativas e pesquisas comprometidas com os direitos humanos, a diversidade e a justiça social nos territórios rurais.

Palavras-chave: Ruralidades; Gênero; Sexualidade; Educação do Campo; Diversidade.

ABSTRACT

Brazilian rural territories constitute complex spaces shaped by multiple territorialities, power relations, and historical processes that influence the construction of social identities. In this context, issues of gender and sexuality play a central role in understanding the dynamics of invisibility, exclusion, and resistance present in contemporary ruralities. This study aims to analyze gender and sexuality relations in Brazilian rural territories, discussing the historical and cultural processes that silence diversity and the forms of resistance developed by rural women, rural youth, and LGBTQIAPN+ individuals. Methodologically, this is a qualitative study based on a bibliographic review grounded in theoretical contributions concerning ruralities, territorialities, gender, sexuality, and Rural Education. The findings reveal that rural spaces remain deeply marked by patriarchal, heteronormative, and conservative structures that produce inequalities and mechanisms of control over bodies, identities, and affective experiences. However, the study also demonstrates that rural territories are spaces of resistance, where social movements, community organizations, rural schools, and collective initiatives have promoted practices aimed at valuing diversity and fostering more inclusive social relations. It is concluded that understanding gender and sexuality in rural contexts requires overcoming homogeneous perspectives about rural populations and recognizing the plurality of subjects, experiences, and territorialities that characterize contemporary rural Brazil. The study advocates strengthening public policies, educational practices, and academic research committed to human rights, diversity, and social

justice in rural territories.

Keywords: Ruralities; Gender; Sexuality; Rural Education; Diversity.

1. INTRODUÇÃO

Os territórios rurais brasileiros constituem espaços marcados por múltiplas territorialidades, dinâmicas culturais, formas de sociabilidade e relações históricas profundamente atravessadas por desigualdades sociais, econômicas e simbólicas. Muito além de uma compreensão limitada do campo como espaço exclusivamente produtivo ou agrícola, as ruralidades contemporâneas revelam cenários complexos, compostos por identidades diversas, modos de vida plurais, memórias coletivas e disputas constantes em torno do pertencimento, do poder e da visibilidade social.

Nesse contexto, as discussões relacionadas às questões de gênero e sexualidade emergem como elementos fundamentais para compreender as estruturas sociais que organizam os cotidianos rurais brasileiros, especialmente em comunidades historicamente atravessadas por práticas conservadoras, normativas e patriarcais.

Historicamente, o espaço rural foi construído socialmente a partir de representações associadas à tradição, à moralidade rígida, à centralidade da família heteronormativa e à manutenção de papéis sociais fortemente definidos entre homens e mulheres. Essas construções culturais contribuíram para a consolidação de mecanismos de silenciamento e invisibilização das múltiplas experiências de gênero e sexualidade existentes no campo. Em muitos territórios rurais, sujeitos que destoam dos padrões hegemônicos de masculinidade, feminilidade e sexualidade enfrentam processos de exclusão, discriminação, apagamento

simbólico e violência, frequentemente naturalizados pelas dinâmicas sociais locais. As cercas que delimitam propriedades rurais também simbolizam, metaforicamente, fronteiras sociais e culturais que regulam corpos, comportamentos e identidades. Entre cercas físicas e silêncios históricos, inúmeras experiências permanecem ocultas, marginalizadas ou deslegitimadas nos discursos sociais, educacionais e institucionais.

Compreender as relações de gênero e sexualidade nos territórios rurais exige ultrapassar leituras homogêneas sobre o campo e reconhecer que esses espaços são atravessados por tensões, resistências e disputas simbólicas relacionadas à construção das identidades sociais. Conforme afirma Louro (2014, p. 24), as identidades de gênero e sexualidade são construções históricas e culturais produzidas nas relações sociais, sendo constantemente reguladas por normas e discursos que definem quais sujeitos podem ou não ocupar determinados espaços de legitimidade social. No contexto rural, tais normatividades tornam-se ainda mais evidentes diante da permanência de estruturas patriarcais e conservadoras que influenciam as relações familiares, os espaços educativos, as práticas religiosas e os modos de organização comunitária.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que os territórios rurais não podem ser reduzidos apenas a espaços de opressão ou conservadorismo, pois também se constituem como territórios de resistência, reinvenção das identidades e construção de novas formas de existência social. Diversos sujeitos rurais, movimentos sociais, coletivos e experiências educativas vêm produzindo debates e práticas voltadas à valorização da diversidade, ao enfrentamento das desigualdades de gênero e ao reconhecimento das pluralidades

sexuais presentes nas ruralidades brasileiras. Nesse sentido, discutir gênero e sexualidade no campo significa também reconhecer os processos de luta, afirmação e resistência construídos por sujeitos historicamente invisibilizados. Para Scott (1995, p. 86), o gênero deve ser compreendido como uma categoria útil de análise histórica, capaz de revelar relações de poder e mecanismos sociais que organizam desigualdades e hierarquias nas diferentes sociedades.

As discussões sobre gênero e sexualidade nas ruralidades brasileiras tornam-se ainda mais relevantes diante das desigualdades sociais que atravessam o cotidiano das populações do campo. Tais estruturas impactam diretamente a vida de mulheres, sujeitos LGBTQIAPN+, juventudes rurais e demais grupos que desafiam as normativas tradicionais impostas socialmente. Além disso, o silenciamento dessas temáticas contribui para a reprodução de preconceitos, violências simbólicas e exclusões que afetam o acesso a direitos, à educação e à participação social. Segundo Abramovay e Castro (2006, p. 52), as juventudes rurais convivem frequentemente com processos de invisibilidade social e ausência de reconhecimento de suas múltiplas identidades, situação que se agrava quando questões relacionadas à sexualidade e ao gênero atravessam suas experiências cotidianas.

Diante disso, o presente estudo problematiza a seguinte questão de pesquisa: de que maneira as relações de gênero e sexualidade são construídas, silenciadas e disputadas nos territórios rurais brasileiros, e como esses processos produzem invisibilidades, exclusões e resistências sociais e culturais no campo? A partir dessa problematização, o texto tem como objetivo analisar as relações de gênero e sexualidade nos territórios rurais brasileiros, discutindo os processos históricos e culturais de invisibilização, silenciamento e

exclusão que atravessam as ruralidades, bem como compreender o campo como espaço de múltiplas identidades, disputas simbólicas e resistências sociais. Busca-se, assim, ampliar as reflexões acerca das territorialidades rurais para além das perspectivas produtivistas e economicistas, reconhecendo o campo como espaço social, político e cultural atravessado por relações de poder e pela pluralidade das experiências humanas.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como uma investigação de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica. Conforme Gil (2008, p. 50), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de materiais já publicados, constituídos principalmente por livros, artigos científicos e produções acadêmicas, possibilitando ao pesquisador conhecer e analisar diferentes contribuições sobre determinado tema. Nesse sentido, a presente investigação fundamenta-se em referenciais teóricos relacionados às ruralidades, territorialidades, gênero, sexualidade e educação do campo, buscando compreender as múltiplas dimensões sociais e culturais que atravessam os territórios rurais brasileiros.

A pesquisa bibliográfica possibilita identificar debates, conceitos e problematizações já construídos no campo acadêmico, contribuindo para uma análise crítica sobre os mecanismos históricos de invisibilização das diversidades de gênero e sexualidade nas ruralidades brasileiras. Além disso, permite compreender o território rural não apenas como espaço físico e produtivo, mas como construção social, simbólica e política permeada por relações de poder, disputas identitárias e múltiplas formas de existência. Dessa forma, a investigação busca articular diferentes perspectivas teóricas que contribuam para ampliar as discussões acerca das identidades,

dos silenciamentos e das resistências produzidas nos cotidianos rurais brasileiros.

2. RURALIDADES, CULTURA E CONSTRUÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

Os territórios rurais brasileiros são constituídos por múltiplas dimensões sociais, culturais, econômicas e simbólicas que influenciam diretamente a organização das relações humanas e das formas de pertencimento social. Historicamente, o campo foi representado como espaço da tradição, da família patriarcal, da religiosidade e da manutenção de valores conservadores, elementos que contribuíram para a construção de normas rígidas relacionadas aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Nesse contexto, as ruralidades brasileiras não podem ser compreendidas apenas como espaços produtivos, mas também como territórios atravessados por relações de poder, mecanismos de controle social e disputas simbólicas que produzem determinadas formas de masculinidade e feminilidade, além de regularem quais corpos, identidades e sexualidades podem ocupar legitimamente esses espaços.

As construções sociais de gênero no campo estão profundamente relacionadas às estruturas patriarcais historicamente consolidadas nas sociedades rurais. O patriarcado, entendido como sistema social baseado na dominação masculina e na subordinação das mulheres, organiza práticas culturais, relações familiares e divisões do trabalho que permanecem presentes em diferentes contextos rurais brasileiros. Conforme aponta Saffioti (2015, p. 47), o patriarcado estrutura relações desiguais de poder entre homens e mulheres, legitimando formas de opressão que se manifestam tanto no espaço

doméstico quanto nas relações sociais mais amplas. Nas ruralidades, essas desigualdades frequentemente se intensificam devido à forte presença de valores tradicionais e conservadores que regulam comportamentos, corpos e identidades.

Nesse cenário, a cultura rural foi historicamente associada à ideia de preservação de costumes considerados tradicionais, produzindo mecanismos sociais que reforçam normas heteronormativas e padrões rígidos de masculinidade e feminilidade. Conforme Louro (2014, p. 24), as identidades de gênero e sexualidade não são naturais, mas construídas social e culturalmente a partir de discursos, práticas e instituições que definem aquilo que é considerado aceitável ou desviante em determinada sociedade. No contexto rural, essas construções tornam-se particularmente visíveis nas relações familiares, religiosas e comunitárias, onde expectativas sociais delimitam os comportamentos considerados adequados para homens e mulheres.

A heteronormatividade, fortemente presente em muitas comunidades rurais, estabelece a heterossexualidade como padrão legítimo e natural das relações sociais, produzindo processos de exclusão e silenciamento de sujeitos LGBTQIAPN+. Dessa forma, pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e demais dissidências de gênero e sexualidade frequentemente enfrentam experiências marcadas pela invisibilidade, pelo medo, pela violência simbólica e pela negação de suas existências nos territórios rurais. Em muitos casos, esses sujeitos são pressionados a ocultar suas identidades para garantir pertencimento social e evitar discriminações dentro das próprias comunidades.

Conforme Borrillo (2010, p. 34), a homofobia opera como um mecanismo de controle social que busca reafirmar normas tradicionais de gênero e sexualidade por meio da exclusão e da marginalização daqueles que rompem com os padrões hegemônicos. Nas ruralidades brasileiras, esse processo assume características específicas, pois as relações comunitárias mais próximas e os mecanismos informais de vigilância social tornam as experiências LGBTQIAPN+ ainda mais vulneráveis ao preconceito e ao isolamento. Em muitos territórios rurais, a dissidência sexual e de gênero é tratada como ameaça à moralidade comunitária, reforçando práticas de silenciamento e apagamento social.

A invisibilização das existências LGBTQIAPN+ no campo também está relacionada à histórica construção do imaginário rural brasileiro, frequentemente associado à figura do homem agricultor, heterossexual, forte e provedor, enquanto as mulheres aparecem vinculadas ao cuidado da família e à reprodução social. Tais representações reforçam uma lógica binária de gênero que exclui sujeitos que não se enquadram nos modelos tradicionais de masculinidade e feminilidade. Butler (2019, p. 56) afirma que as normas de gênero operam por meio da repetição de práticas sociais que legitimam determinadas identidades enquanto tornam outras abjetas, marginalizadas ou invisíveis.

A divisão sexual do trabalho constitui um dos principais elementos que expressam as desigualdades de gênero nos territórios rurais. Historicamente, aos homens foram atribuídas funções relacionadas à produção agrícola, ao trabalho braçal e à administração das propriedades, enquanto às mulheres couberam atividades vinculadas ao cuidado da casa, da família e da reprodução social. Mesmo quando participam diretamente das atividades produtivas,

muitas mulheres rurais permanecem invisibilizadas enquanto trabalhadoras, sendo frequentemente identificadas apenas como “ajudantes” dos maridos ou familiares. Segundo Brumer (2004, p. 210), o trabalho feminino no campo é marcado por processos históricos de invisibilidade social e econômica, nos quais as atividades realizadas pelas mulheres são desvalorizadas ou naturalizadas como extensão das responsabilidades domésticas.

Essa divisão desigual também impacta o acesso das mulheres à terra, à renda, às políticas públicas e aos espaços de decisão política nas comunidades rurais. Em muitas regiões do Brasil, persistem práticas culturais que privilegiam os homens na sucessão das propriedades familiares, reforçando relações históricas de dependência econômica e exclusão social feminina. Além disso, as mulheres rurais frequentemente enfrentam jornadas múltiplas de trabalho, acumulando responsabilidades produtivas, domésticas e de cuidado sem o devido reconhecimento social e econômico.

As masculinidades rurais também são construídas a partir de normas culturais específicas, frequentemente associadas à força física, à autoridade familiar, à virilidade e ao controle sobre o espaço doméstico e comunitário. Conforme Connell (2005, p. 77), as masculinidades são construções sociais atravessadas por relações de poder e expectativas culturais que definem modelos hegemônicos de comportamento masculino. No contexto rural, esses modelos podem contribuir para a reprodução de práticas autoritárias e violentas, especialmente quando associados à lógica patriarcal de dominação sobre mulheres e sujeitos que desafiam padrões tradicionais de gênero e sexualidade.

Da mesma forma, as feminilidades rurais foram historicamente vinculadas à submissão, ao cuidado, à maternidade e à manutenção da unidade familiar. Tais representações reforçam a ideia de que o espaço feminino deve permanecer restrito ao ambiente doméstico e às funções reprodutivas, dificultando processos de autonomia econômica, participação política e reconhecimento social das mulheres do campo. Essas construções sociais contribuem para a manutenção de desigualdades estruturais que atravessam diferentes dimensões da vida rural.

As territorialidades rurais também produzem mecanismos de vigilância e controle social sobre os sujeitos e suas identidades. Em muitas comunidades rurais, relações sociais mais próximas e redes comunitárias intensas fazem com que comportamentos considerados desviantes sejam rapidamente identificados, julgados e, muitas vezes, silenciados. Isso afeta diretamente sujeitos LGBTQIAPN+, mulheres que rompem padrões tradicionais e demais grupos que desafiam normas hegemônicas de gênero e sexualidade. Segundo Foucault (1987, p. 162), os espaços sociais operam por meio de dispositivos de vigilância e disciplinamento dos corpos, produzindo normas que regulam comportamentos e subjetividades.

As violências de gênero e sexualidade no campo constituem uma problemática social significativa e historicamente invisibilizada. Mulheres rurais frequentemente enfrentam situações de violência doméstica, psicológica, patrimonial e sexual, agravadas pelas dificuldades de acesso às redes de proteção, aos serviços públicos e aos mecanismos institucionais de denúncia. O isolamento geográfico, a dependência econômica e a ausência de políticas

públicas efetivas contribuem para a permanência dessas violências nos territórios rurais.

Da mesma forma, sujeitos LGBTQIAPN+ no campo enfrentam violências que vão desde o silenciamento social até agressões físicas, expulsões familiares, discriminações religiosas e exclusão comunitária. Muitos jovens LGBTQIAPN+ acabam migrando para os centros urbanos em busca de segurança, pertencimento e liberdade para viver suas identidades, fenômeno que evidencia os processos de expulsão simbólica presentes em diversas ruralidades brasileiras. Segundo Miskolci (2017, p. 45), a heteronormatividade atua como estrutura reguladora das relações sociais, produzindo exclusões sistemáticas contra sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade.

Dados recentes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania apontam crescimento nas denúncias relacionadas à violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, revelando a permanência de práticas discriminatórias e violências estruturais que atingem esses sujeitos em diferentes territórios sociais (BRASIL, 2025). Embora ainda exista significativa subnotificação nas áreas rurais, pesquisas indicam que o medo da exposição, a ausência de políticas públicas específicas e o isolamento territorial dificultam a realização de denúncias e o acesso à proteção institucional.

Além disso, a violência no campo também se manifesta de maneira estrutural por meio dos conflitos agrários, das desigualdades sociais e das disputas territoriais. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Brasil registrou 1.593 conflitos no campo em 2025, incluindo ameaças, agressões e assassinatos relacionados às disputas por terra e território, atingindo especialmente trabalhadores rurais, povos indígenas, quilombolas e comunidades

tradicionais (CPT, 2026). Essas violências revelam que os territórios rurais são espaços marcados por intensas relações de poder, nas quais diferentes sujeitos disputam reconhecimento, direitos e condições de existência.

Dessa forma, compreender as ruralidades brasileiras implica reconhecer que os territórios do campo são atravessados por múltiplas desigualdades relacionadas a gênero, classe, sexualidade e poder. As construções sociais de masculinidades e feminilidades não são fixas ou naturais, mas historicamente produzidas por estruturas culturais, econômicas e políticas que organizam os modos de vida rurais.

Ao mesmo tempo, os territórios rurais também se constituem como espaços de resistência, onde mulheres, juventudes rurais e sujeitos LGBTQIAPN+ constroem estratégias de luta, afirmação identitária e enfrentamento das desigualdades sociais presentes no campo brasileiro. Ainda que as ruralidades sejam historicamente atravessadas por estruturas patriarcais, conservadoras e heteronormativas, diferentes sujeitos e coletivos sociais vêm produzindo fissuras nessas lógicas de exclusão, reivindicando reconhecimento, visibilidade e direito à existência nos territórios rurais. Essas resistências se manifestam por meio de movimentos sociais, organizações comunitárias, práticas educativas, produções culturais e experiências coletivas que buscam fortalecer perspectivas mais democráticas e inclusivas no campo.

Nos últimos anos, diversos movimentos socioterritoriais passaram a incorporar de maneira mais intensa as discussões relacionadas às questões de gênero e sexualidade, reconhecendo que as desigualdades no campo não se limitam apenas à disputa pela terra,

mas envolvem também relações de poder associadas ao gênero, à sexualidade, à raça e à classe social. Nesse contexto, destaca-se a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que vem ampliando debates internos e ações políticas voltadas ao enfrentamento do machismo, da LGBTfobia e das múltiplas violências presentes nos territórios rurais.

O MST, especialmente a partir das últimas décadas, passou a desenvolver coletivos de gênero, núcleos de diversidade sexual e ações formativas voltadas à construção de relações sociais mais igualitárias nos assentamentos e acampamentos. As mulheres Sem Terra tiveram papel fundamental nesse processo, impulsionando debates sobre divisão sexual do trabalho, violência contra mulheres e participação política feminina dentro das estruturas organizativas do movimento. Paralelamente, sujeitos LGBTQIAPN+ vinculados ao movimento passaram a reivindicar maior visibilidade e reconhecimento de suas existências dentro das lutas pela terra e pela reforma agrária popular.

Esses processos revelam importantes transformações políticas e culturais no interior dos movimentos socioterritoriais do campo. Conforme Fernandes (2008, p. 41), os movimentos socioterritoriais produzem territorialidades próprias, construídas a partir de relações coletivas de pertencimento, luta e resistência. Nesse sentido, a luta pela terra também passa a envolver disputas simbólicas relacionadas ao direito de existir e de construir outras formas de sociabilidade nos territórios rurais. A emergência de coletivos LGBTQIAPN+ em espaços organizados do campo rompe com o imaginário histórico de que as dissidências sexuais e de gênero seriam fenômenos exclusivamente urbanos, demonstrando que a diversidade também compõe as ruralidades brasileiras.

Além do MST, outros movimentos sociais do campo, organizações feministas rurais, coletivos agroecológicos e grupos ligados à educação do campo vêm promovendo ações voltadas à valorização das diversidades e ao enfrentamento das desigualdades de gênero e sexualidade. Tais iniciativas buscam construir práticas educativas mais inclusivas, fortalecer políticas de cuidado coletivo e ampliar os espaços de participação social de mulheres e sujeitos LGBTQIAPN+ nas comunidades rurais. Em muitos assentamentos, escolas do campo e experiências comunitárias, começam a emergir debates sobre respeito às diferenças, combate às violências e valorização das múltiplas identidades presentes nos territórios.

A juventude rural também ocupa papel central nesses processos de transformação social. Muitos jovens do campo têm utilizado espaços educativos, redes sociais, coletivos culturais e movimentos sociais como instrumentos de afirmação identitária e enfrentamento das violências simbólicas historicamente presentes nas ruralidades. Essas juventudes desafiam modelos tradicionais de gênero e sexualidade, tensionando estruturas conservadoras e produzindo novas formas de viver, sentir e ocupar os territórios rurais. Conforme Castro (2012, p. 98), as juventudes rurais contemporâneas constroem experiências marcadas pela tensão entre permanência e ruptura, negociando constantemente tradições locais e novos modos de existência social.

Assim, os territórios rurais não devem ser compreendidos apenas como espaços de silenciamento e exclusão, mas também como cenários de disputas políticas, culturais e identitárias. As resistências produzidas por mulheres, juventudes rurais e sujeitos LGBTQIAPN+ revelam que o campo brasileiro é atravessado por múltiplas formas de existência e por intensos processos de transformação social. Ao

reivindicarem reconhecimento, participação e dignidade, esses sujeitos contribuem para a construção de ruralidades mais plurais, democráticas e socialmente comprometidas com a valorização das diferenças.

3. SEXUALIDADE, SILENCIAMENTOS E INVISIBILIDADES NO ESPAÇO RURAL

As discussões acerca da sexualidade nos territórios rurais brasileiros ainda permanecem atravessadas por profundas invisibilidades, silenciamentos históricos e mecanismos de exclusão social. Durante muito tempo, o imaginário social construiu o campo como espaço homogêneo, conservador e essencialmente heterossexual, reforçando a ideia de que as dissidências sexuais e de gênero seriam fenômenos exclusivamente urbanos. Essa perspectiva contribuiu para apagar as múltiplas experiências LGBTQIAPN+ existentes nas ruralidades brasileiras, produzindo narrativas que negam a pluralidade das identidades presentes no campo e naturalizam padrões heteronormativos como únicos modelos legítimos de existência social.

A heteronormatividade opera como um dos principais mecanismos reguladores das relações sociais nas ruralidades. Conforme Miskolci (2017, p. 32), a heteronormatividade pode ser compreendida como um conjunto de normas sociais, culturais e institucionais que estabelecem a heterossexualidade como padrão universal e obrigatório das relações humanas. Nos territórios rurais, essas normas frequentemente se articulam a estruturas patriarcais, religiosas e conservadoras que produzem formas rígidas de controle sobre os corpos, os afetos e as sexualidades.

Estudos recentes demonstram que sujeitos LGBTQIAPN+ frequentemente constroem formas alternativas e discretas de ocupação territorial como estratégia de sobrevivência diante das normatividades sociais e da vigilância heteronormativa. Pesquisa desenvolvida por autores da Revista Debates Insubmissos identificou que homens gays utilizavam espaços considerados “reservados” ou “escondidos” em cidades do interior para encontros afetivos e sexuais, revelando a constituição de microterritórios homossexuais marcados por invisibilidade social e estratégias de proteção diante do preconceito e da exclusão (Müller, Machado e Folmer, 2021, p. 131-132). O estudo evidencia como as dissidências sexuais produzem territorialidades específicas em contextos permeados por normas conservadoras e mecanismos de controle social.

Nesse contexto, sujeitos LGBTQIAPN+ que vivem no campo enfrentam processos constantes de vigilância social, silenciamento e invisibilização. Em muitas comunidades rurais, as relações sociais são marcadas por forte proximidade entre os sujeitos, intensificando mecanismos comunitários de observação e julgamento moral. Assim, comportamentos, expressões de gênero e relações afetivas consideradas desviantes dos padrões heteronormativos tornam-se alvo de discriminação, exclusão e violência simbólica. Conforme Foucault (1988, p. 9), a sexualidade constitui-se historicamente como objeto de controle social, sendo regulada por discursos e instituições que determinam quais práticas e identidades podem ser reconhecidas como legítimas.

As invisibilidades LGBTQIAPN+ no espaço rural não significam ausência dessas existências, mas refletem processos históricos de apagamento social e cultural. Muitos sujeitos LGBTQIAPN+ no

campo desenvolvem estratégias de ocultamento de suas identidades como forma de proteção diante do medo da violência, da exclusão familiar ou do isolamento comunitário. Em diversos casos, o silêncio torna-se mecanismo de sobrevivência social. Conforme Borrillo (2010, p. 28), a homofobia ultrapassa práticas explícitas de violência física, manifestando-se também por meio da negação simbólica das existências dissidentes e da imposição do silêncio como forma de controle social.

Esses processos tornam-se ainda mais intensos em contextos rurais marcados pela centralidade da família patriarcal e pela forte influência religiosa na organização da vida comunitária. Em muitas localidades, espera-se que homens e mulheres cumpram papéis sociais rigidamente definidos, relacionados ao casamento heterossexual, à constituição familiar tradicional e à reprodução social. Dessa forma, sujeitos que rompem com essas expectativas frequentemente passam a ocupar posições de marginalidade social dentro das próprias comunidades em que vivem.

A violência simbólica constitui elemento central na experiência de muitos sujeitos LGBTQIAPN+ do campo. Conforme Bourdieu (2012, p. 46), a violência simbólica ocorre por meio da imposição de valores, normas e discursos que naturalizam relações de dominação e inferiorização social. Nas ruralidades, essa violência manifesta-se em piadas, comentários discriminatórios, silenciamentos, negação de reconhecimento social e exclusão dos espaços comunitários. Muitas vezes, essas práticas são naturalizadas pelas próprias estruturas sociais locais, dificultando processos de denúncia e enfrentamento.

Além das violências simbólicas, sujeitos LGBTQIAPN+ nas ruralidades também enfrentam violências físicas, psicológicas e

institucionais. O isolamento geográfico, a ausência de políticas públicas específicas e as dificuldades de acesso aos serviços de proteção agravam as vulnerabilidades vivenciadas por essas populações no campo. Dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania apontam aumento nas denúncias relacionadas à violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil nos últimos anos, revelando a permanência de práticas discriminatórias estruturais em diferentes contextos sociais (BRASIL, 2025). Embora exista significativa subnotificação nas áreas rurais, pesquisadores indicam que o medo da exposição pública e das represálias comunitárias dificulta ainda mais a realização de denúncias nesses territórios.

A exclusão social vivenciada por sujeitos LGBTQIAPN+ no campo frequentemente produz processos de deslocamento territorial. Muitos jovens rurais migram para os centros urbanos em busca de segurança, acolhimento e liberdade para viver suas identidades de gênero e sexualidade. Esse movimento evidencia como determinadas ruralidades operam mecanismos de expulsão simbólica de sujeitos dissidentes. Conforme Peres (2015, p. 91), a migração de sujeitos LGBTQIAPN+ para os espaços urbanos frequentemente está relacionada à busca por reconhecimento social e possibilidades mais amplas de construção identitária.

Entretanto, reduzir as experiências LGBTQIAPN+ rurais apenas à violência e ao silenciamento significaria desconsiderar as múltiplas formas de resistência produzidas nesses territórios. Apesar das desigualdades e exclusões, sujeitos LGBTQIAPN+ no campo constroem estratégias de pertencimento, solidariedade e afirmação identitária em diferentes espaços sociais. Essas resistências se manifestam em coletivos rurais, movimentos sociais, experiências educativas, redes comunitárias e práticas culturais que buscam

ampliar a visibilidade das diversidades sexuais e de gênero nas ruralidades brasileiras.

Nos últimos anos, diversos movimentos socioterritoriais passaram a incorporar debates relacionados à diversidade sexual e de gênero em suas pautas políticas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por exemplo, vem desenvolvendo coletivos LGBTQIAPN+ e ações formativas voltadas ao enfrentamento da LGBTfobia nos assentamentos e acampamentos rurais. Essas iniciativas representam importantes rupturas com perspectivas historicamente conservadoras presentes no campo, demonstrando que as lutas pela terra e pela justiça social também envolvem disputas relacionadas ao direito à diversidade e à existência digna dos sujeitos LGBTQIAPN+.

As juventudes rurais também desempenham papel central na construção dessas resistências. Muitos jovens utilizam espaços educativos, redes sociais, coletivos culturais e experiências organizativas para tensionar normas tradicionais de gênero e sexualidade presentes nas comunidades rurais. Conforme Castro (2012, p. 102), as juventudes rurais contemporâneas produzem novas territorialidades e formas de sociabilidade que desafiam estruturas conservadoras e ampliam os debates sobre diversidade e direitos sociais no campo.

Além disso, experiências ligadas à educação do campo vêm contribuindo para ampliar reflexões sobre gênero, sexualidade e direitos humanos nas ruralidades brasileiras. Escolas do campo, universidades, movimentos sociais e projetos comunitários têm desenvolvido ações pedagógicas voltadas ao enfrentamento das violências e à valorização das diferenças, fortalecendo perspectivas

mais inclusivas e democráticas nos territórios rurais. Tais iniciativas revelam que o campo não constitui espaço estático ou homogêneo, mas território em constante transformação social, política e cultural.

Dessa forma, compreender as sexualidades nas ruralidades brasileiras implica reconhecer os múltiplos mecanismos de silenciamento, invisibilização e violência que atravessam as experiências LGBTQIAPN+ no campo, mas também perceber as resistências, os processos de afirmação identitária e as disputas por reconhecimento produzidas nesses territórios. As ruralidades contemporâneas são compostas por sujeitos diversos, cujas experiências desafiam leituras homogêneas sobre o campo e evidenciam a necessidade de construir espaços sociais mais plurais, inclusivos e comprometidos com a valorização das diferenças.

4. EDUCAÇÃO, JUVENTUDES E DIVERSIDADE NOS TERRITÓRIOS RURAIS

A educação constitui um dos principais espaços de disputa simbólica, política e cultural nos territórios rurais brasileiros. Mais do que instituições responsáveis pela transmissão de conteúdos escolares, as escolas do campo configuram-se como espaços de produção de identidades, construção de pertencimentos e mediação das relações sociais presentes nas ruralidades. Nesse contexto, discutir educação, juventudes e diversidade implica reconhecer que os processos educativos estão profundamente atravessados pelas desigualdades de gênero, sexualidade, classe, raça e território que marcam o cotidiano das populações rurais.

Historicamente, a educação destinada às populações do campo foi marcada por perspectivas urbanocêntricas, descontextualizadas e

frequentemente distantes das realidades culturais, sociais e territoriais das comunidades rurais. Conforme Caldart (2020, p. 45), a Educação do Campo emerge como projeto político-pedagógico construído a partir das lutas sociais dos povos do campo, defendendo uma educação vinculada às experiências, aos territórios e às formas de vida das populações rurais. Nesse sentido, pensar a diversidade no contexto da Educação do Campo significa compreender que os sujeitos rurais são múltiplos e que suas experiências não podem ser reduzidas a modelos homogêneos de identidade.

As juventudes rurais ocupam papel central nessas transformações sociais e educativas. Diferentemente de perspectivas tradicionais que associavam a juventude rural apenas à sucessão agrícola ou à permanência no campo, as juventudes contemporâneas produzem novas formas de viver, ocupar e significar os territórios rurais. Conforme Castro e Pereira (2021, p. 118), as juventudes rurais brasileiras constroem identidades atravessadas por múltiplas experiências culturais, tecnológicas e políticas, articulando tradições locais e demandas contemporâneas relacionadas aos direitos sociais, às diversidades e às formas de pertencimento territorial.

Nesse cenário, a escola do campo torna-se espaço estratégico para a construção de práticas educativas mais democráticas, inclusivas e comprometidas com a valorização das diferenças. Entretanto, as discussões sobre gênero e sexualidade ainda enfrentam resistências significativas em muitas instituições escolares rurais, especialmente devido à permanência de discursos conservadores, religiosos e heteronormativos que atravessam as comunidades. Em diversos contextos, temas relacionados à diversidade sexual e de gênero continuam sendo tratados como tabus ou assuntos inadequados

para o ambiente escolar, contribuindo para a reprodução de preconceitos, silenciamentos e exclusões.

A heteronormatividade presente nos espaços escolares rurais frequentemente produz invisibilização das experiências LGBTQIAPN+ e dificulta a construção de ambientes educativos seguros para estudantes que rompem com padrões tradicionais de gênero e sexualidade. Conforme Junqueira (2020, p. 67), a escola brasileira historicamente operou como espaço de normalização das identidades, reproduzindo padrões de masculinidade, feminilidade e sexualidade alinhados às normas sociais hegemônicas. Nos contextos rurais, essas normatividades podem tornar-se ainda mais intensas devido à forte vigilância comunitária e à proximidade das relações sociais.

Muitos jovens LGBTQIAPN+ do campo enfrentam experiências marcadas pelo isolamento, pela discriminação e pelo silenciamento dentro das próprias instituições escolares. Comentários preconceituosos, práticas de exclusão, bullying e ausência de representatividade nos currículos escolares contribuem para processos de sofrimento social e evasão escolar. Além disso, a falta de formação específica para docentes sobre diversidade sexual e de gênero dificulta o enfrentamento das violências e a construção de práticas pedagógicas inclusivas nas escolas do campo.

A formação docente constitui elemento fundamental nesse debate. Professores e professoras que atuam em contextos rurais frequentemente não recebem, em seus processos formativos, discussões aprofundadas sobre gênero, sexualidade, direitos humanos e diversidade. Conforme Arroyo (2021, p. 92), pensar a formação de educadores do campo exige reconhecer os sujeitos

concretos presentes nos territórios rurais, suas diferenças, vulnerabilidades e demandas sociais. Nesse sentido, a formação docente precisa contemplar práticas pedagógicas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades e com a valorização das múltiplas identidades existentes nas ruralidades.

Além disso, o currículo escolar desempenha papel central na produção de representações sobre os sujeitos do campo. Os currículos não são neutros; eles expressam disputas políticas, culturais e ideológicas sobre quais conhecimentos, identidades e experiências devem ser legitimados no espaço escolar. Conforme Silva (2020, p. 15), o currículo constitui território de poder e seleção cultural, produzindo visibilidades e invisibilidades sociais. Quando as discussões sobre gênero e sexualidade são excluídas dos currículos escolares, reforça-se a ideia de que determinadas existências não possuem legitimidade social ou direito ao reconhecimento.

Por outro lado, experiências educativas desenvolvidas por escolas do campo, universidades e movimentos sociais vêm demonstrando possibilidades concretas de construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e emancipatórias. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por exemplo, tem desenvolvido experiências educativas voltadas à valorização da diversidade, ao enfrentamento das violências de gênero e à construção de relações sociais mais democráticas nos assentamentos rurais. Em muitas escolas vinculadas às experiências da Educação do Campo, começam a emergir debates relacionados aos direitos humanos, à diversidade sexual, ao feminismo e às desigualdades sociais presentes nas ruralidades brasileiras.

As juventudes rurais também têm protagonizado importantes movimentos de resistência e afirmação identitária por meio da educação. Espaços escolares, coletivos juvenis, redes sociais e experiências culturais vêm sendo utilizados por jovens do campo para questionar normas tradicionais de gênero e sexualidade, reivindicando reconhecimento, liberdade e direito à diferença. Conforme Molina e Sá (2022, p. 134), as juventudes rurais contemporâneas produzem novas territorialidades educativas e culturais, tensionando estruturas conservadoras e ampliando os debates sobre democracia, diversidade e direitos sociais nos territórios rurais.

Nos últimos anos, pesquisas recentes têm evidenciado a importância da escola do campo como espaço de acolhimento, pertencimento e transformação social para jovens historicamente marginalizados. Estudos desenvolvidos após 2020 apontam que práticas pedagógicas voltadas à educação em direitos humanos, ao diálogo intercultural e à valorização das diferenças contribuem significativamente para o enfrentamento das violências simbólicas e sociais nas ruralidades brasileiras. Além disso, experiências interdisciplinares relacionadas à arte, cultura, memória e territorialidade têm fortalecido processos de construção identitária e participação social das juventudes rurais.

Entretanto, os desafios permanecem significativos. A precarização das escolas do campo, o fechamento de instituições rurais, a ausência de políticas públicas específicas e os avanços de discursos ultraconservadores ainda dificultam a consolidação de práticas educativas comprometidas com a diversidade e os direitos humanos. Em muitos territórios, debates sobre gênero e sexualidade seguem sendo alvo de censura, perseguições e desinformações que

impactam diretamente o trabalho pedagógico de educadores e educadoras.

Dessa forma, pensar educação, juventudes e diversidade nos territórios rurais implica reconhecer a escola do campo como espaço estratégico de transformação social, disputa política e construção de cidadania. As experiências educativas comprometidas com a valorização das diferenças contribuem para o fortalecimento de ruralidades mais plurais, democráticas e inclusivas, capazes de enfrentar desigualdades históricas relacionadas ao gênero, à sexualidade e às múltiplas formas de exclusão social presentes no campo brasileiro.

5. RESISTÊNCIAS, TERRITORIALIDADES E NOVAS POSSIBILIDADES DE EXISTÊNCIA

Os territórios rurais brasileiros, embora historicamente marcados por desigualdades estruturais, relações patriarcais e mecanismos de silenciamento das diversidades, também se constituem como espaços de resistência, reinvenção social e construção de novas possibilidades de existência. As ruralidades contemporâneas revelam que o campo não é homogêneo nem estático; ao contrário, é atravessado por disputas políticas, culturais e simbólicas nas quais diferentes sujeitos produzem estratégias coletivas de enfrentamento às opressões relacionadas ao gênero, à sexualidade, à classe social e à exclusão territorial. Nesse cenário, mulheres, juventudes rurais, sujeitos LGBTQIAPN+, povos tradicionais e movimentos socioterritoriais vêm construindo territorialidades insurgentes capazes de tensionar estruturas conservadoras historicamente presentes nas comunidades rurais.

As resistências coletivas produzidas no campo articulam-se, sobretudo, a partir das lutas sociais desenvolvidas por movimentos socioterritoriais, organizações comunitárias, coletivos feministas rurais, grupos juvenis e experiências ligadas à Educação do Campo. Conforme Fernandes (2008, p. 42), os movimentos socioterritoriais produzem territórios materiais e imateriais sustentados por relações de pertencimento, identidade, luta e resistência. Dessa forma, os territórios rurais deixam de ser compreendidos apenas como espaços produtivos e passam a ser entendidos também como espaços políticos, afetivos e culturais atravessados por disputas em torno do direito à existência, ao reconhecimento e à dignidade social.

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra destaca-se como um dos principais movimentos sociais do campo brasileiro que vêm ampliando debates relacionados às questões de gênero e diversidade sexual em suas práticas organizativas. Historicamente voltado à luta pela terra e pela reforma agrária, o MST passou, especialmente nas últimas décadas, a incorporar discussões sobre feminismo, combate à violência contra mulheres e enfrentamento da LGBTfobia nos assentamentos e acampamentos rurais. A criação de coletivos de gênero e diversidade sexual dentro do movimento representa importante avanço político na construção de relações sociais mais igualitárias no campo.

As mulheres Sem Terra tiveram papel fundamental nesse processo, organizando marchas, encontros formativos e ações políticas voltadas à denúncia das desigualdades de gênero e das múltiplas violências sofridas pelas mulheres rurais. Conforme Silva e Ribeiro (2021, p. 88), os feminismos rurais brasileiros vêm construindo perspectivas próprias de resistência, articulando a luta pela terra à

defesa da autonomia feminina, da justiça social e da valorização dos modos de vida das populações do campo. Esses feminismos tensionam estruturas patriarcais historicamente presentes nas ruralidades e reivindicam o reconhecimento das mulheres enquanto sujeitas políticas e produtoras de conhecimento.

Os feminismos rurais também ampliam o debate sobre cuidado, sustentabilidade, agroecologia e preservação dos territórios, evidenciando que as lutas das mulheres do campo ultrapassam questões individuais e se relacionam diretamente à defesa da vida, da terra e dos direitos coletivos. Nesse sentido, as experiências de mulheres agricultoras, quebradeiras de coco, indígenas, quilombolas e camponesas revelam formas de resistência profundamente conectadas às territorialidades e às relações comunitárias construídas no campo brasileiro.

Paralelamente, sujeitos LGBTQIAPN+ rurais vêm produzindo importantes movimentos de afirmação identitária e pertencimento social nos territórios do campo. Ainda que historicamente invisibilizadas, as dissidências sexuais e de gênero têm conquistado espaços crescentes em movimentos sociais, coletivos juvenis, experiências educativas e redes de solidariedade rural. Conforme Miskolci (2017, p. 53), as resistências LGBTQIAPN+ não se limitam à reivindicação de direitos formais, mas envolvem também disputas simbólicas relacionadas ao reconhecimento social das múltiplas formas de existência e afetividade.

A emergência de coletivos LGBTQIAPN+ vinculados às ruralidades rompe com o imaginário social que historicamente associou a diversidade sexual apenas aos espaços urbanos. Essas experiências demonstram que sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade

também produzem territorialidades rurais, constroem vínculos comunitários e reivindicam o direito de permanecer no campo sem abrir mão de suas identidades. Muitos desses coletivos utilizam a arte, a cultura, a educação popular e as redes sociais como instrumentos de resistência política e visibilidade social.

As territorialidades afetivas constituem dimensão importante dessas resistências contemporâneas. Conforme Haesbaert (2021, p. 119), os territórios não são apenas espaços físicos delimitados geograficamente, mas também construções simbólicas e afetivas atravessadas por sentimentos de pertencimento, memória e identidade. Nesse sentido, sujeitos historicamente marginalizados no campo vêm produzindo novas formas de ocupar e significar os territórios rurais, transformando-os em espaços de acolhimento, solidariedade e construção coletiva de direitos.

As juventudes rurais desempenham papel central nesses processos de transformação social. Muitos jovens do campo têm articulado experiências culturais, educativas e políticas voltadas ao enfrentamento das desigualdades e à valorização das diversidades presentes nas ruralidades brasileiras. Coletivos juvenis, festivais culturais, projetos agroecológicos e experiências ligadas à comunicação popular vêm possibilitando novas formas de sociabilidade e participação política nos territórios rurais. Conforme Castro e Matos (2022, p. 141), as juventudes rurais contemporâneas constroem territorialidades híbridas, articulando tradições locais, tecnologias digitais e pautas relacionadas aos direitos humanos e à diversidade social.

Além disso, experiências vinculadas à agroecologia e à Educação do Campo têm fortalecido perspectivas de inclusão e justiça social nos

territórios rurais. Muitas escolas do campo, universidades e organizações comunitárias passaram a desenvolver práticas educativas voltadas ao enfrentamento das violências de gênero, à valorização das diferenças e à construção de relações sociais mais democráticas. Essas iniciativas demonstram que a educação pode constituir importante instrumento de transformação social e fortalecimento das resistências coletivas no campo.

As redes de apoio e solidariedade construídas entre mulheres, juventudes rurais e sujeitos LGBTQIAPN+ também representam importantes estratégias de enfrentamento às múltiplas violências presentes nas ruralidades. Em contextos frequentemente marcados pelo isolamento territorial e pela precariedade das políticas públicas, essas redes tornam-se fundamentais para garantir acolhimento, proteção e fortalecimento coletivo. Muitas dessas experiências articulam práticas comunitárias, ações culturais, formação política e defesa dos direitos humanos, contribuindo para ampliar as possibilidades de permanência digna dos sujeitos nos territórios rurais.

Entretanto, apesar dos avanços, os desafios permanecem intensos. O crescimento de discursos ultraconservadores, os ataques às pautas de gênero e diversidade, a precarização das políticas públicas e as desigualdades históricas presentes no campo continuam produzindo violências e exclusões contra sujeitos dissidentes. Além disso, muitas comunidades rurais ainda reproduzem práticas de silenciamento e discriminação que dificultam a consolidação de espaços efetivamente inclusivos e democráticos.

Dessa forma, pensar as resistências e territorialidades contemporâneas no campo brasileiro implica reconhecer que as

ruralidades são atravessadas por múltiplas disputas políticas, culturais e afetivas. Mulheres, juventudes rurais e sujeitos LGBTQIAPN+ vêm construindo novas possibilidades de existência social nos territórios rurais, desafiando estruturas patriarcais e heteronormativas historicamente consolidadas. Suas lutas revelam que o campo brasileiro é também espaço de reinvenção, diversidade e esperança, onde diferentes sujeitos produzem cotidianamente práticas de resistência e projetos coletivos voltados à construção de justiça social, inclusão e dignidade humana.

6. CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, buscou-se compreender de que maneira as relações de gênero e sexualidade são construídas, silenciadas e disputadas nos territórios rurais brasileiros, bem como analisar como esses processos produzem invisibilidades, exclusões e resistências sociais e culturais no campo. A partir dessa problemática, o estudo teve como objetivo analisar as relações de gênero e sexualidade nas ruralidades brasileiras, discutindo os processos históricos de invisibilização e silenciamento das dissidências sexuais e de gênero, além de compreender o campo como espaço de múltiplas identidades, disputas simbólicas e possibilidades de transformação social.

As discussões desenvolvidas evidenciaram que os territórios rurais brasileiros permanecem profundamente atravessados por estruturas patriarcais, conservadoras e heteronormativas que organizam as relações sociais e produzem mecanismos de controle sobre corpos, afetos e identidades. A cultura rural historicamente associada à tradição, à moralidade rígida e à centralidade da família heterossexual contribuiu para a naturalização de desigualdades de

gênero e para a marginalização de sujeitos que rompem com padrões considerados normativos. Nesse contexto, mulheres, juventudes rurais e sujeitos LGBTQIAPN+ frequentemente enfrentam processos de invisibilização, silenciamento e violência, tanto simbólica quanto material.

Ao abordar as construções sociais de gênero nas ruralidades, o artigo demonstrou que a divisão sexual do trabalho continua estruturando desigualdades no campo, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento social e econômico das mulheres rurais. Mesmo desempenhando funções fundamentais na produção agrícola, no cuidado familiar e na manutenção das comunidades, muitas mulheres seguem submetidas à desvalorização do trabalho, à dependência econômica e às múltiplas formas de violência de gênero. Além disso, evidenciou-se que as masculinidades rurais também são produzidas a partir de expectativas culturais rígidas, associadas ao poder, à virilidade e ao controle social, contribuindo para a reprodução de práticas patriarcais e autoritárias nos territórios do campo.

As análises sobre sexualidade e invisibilidades no espaço rural permitiram compreender que as experiências LGBTQIAPN+ no campo ainda são marcadas por intensos processos de silenciamento social. A heteronormatividade opera como mecanismo regulador das relações comunitárias, produzindo exclusões, discriminações e negação de reconhecimento social para sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade. Muitos jovens LGBTQIAPN+ rurais convivem com o medo da rejeição familiar, da violência comunitária e da exclusão dos espaços sociais, situação que frequentemente provoca deslocamentos territoriais em direção aos centros urbanos. Nesse sentido, o artigo evidenciou que as ruralidades brasileiras ainda

apresentam profundas dificuldades em reconhecer a pluralidade das identidades e experiências presentes no campo.

Entretanto, a pesquisa também demonstrou que os territórios rurais não podem ser reduzidos apenas a espaços de opressão e conservadorismo. Ao longo do texto, destacou-se a emergência de múltiplas formas de resistência construídas por mulheres, juventudes rurais, sujeitos LGBTQIAPN+ e movimentos socioterritoriais comprometidos com a justiça social e a valorização das diferenças. Experiências vinculadas à Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, aos feminismos rurais, à Educação do Campo e aos coletivos juvenis revelam que novas territorialidades vêm sendo construídas no interior das ruralidades brasileiras, possibilitando processos de pertencimento, afirmação identitária e enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas no campo.

As discussões sobre educação evidenciaram a importância da escola do campo como espaço estratégico para a construção de práticas sociais mais inclusivas e democráticas. Contudo, o artigo também revelou que ainda existem significativas resistências à inserção das temáticas de gênero e sexualidade nos currículos escolares e nos processos formativos de educadores e educadoras. A ausência de debates qualificados sobre diversidade contribui para a reprodução de preconceitos e para a permanência de violências simbólicas contra estudantes que desafiam padrões tradicionais de gênero e sexualidade. Dessa forma, torna-se fundamental fortalecer políticas de formação docente e práticas pedagógicas comprometidas com os direitos humanos, a diversidade e o reconhecimento das múltiplas identidades presentes nas ruralidades brasileiras.

A análise crítica desenvolvida neste estudo permite afirmar que as desigualdades de gênero e sexualidade presentes nos territórios rurais não são fenômenos isolados ou naturais, mas expressões de processos históricos, culturais e políticos relacionados às formas de organização da sociedade brasileira. As ruralidades constituem espaços de disputa permanente entre projetos conservadores de manutenção das hierarquias sociais e movimentos de resistência que reivindicam reconhecimento, inclusão e justiça social. Assim, compreender as questões de gênero e sexualidade no campo exige romper com visões homogêneas sobre as populações rurais e reconhecer a diversidade de sujeitos, experiências e territorialidades que compõem o campo brasileiro contemporâneo.

Por fim, torna-se necessário ampliar políticas públicas, práticas educativas e debates acadêmicos comprometidos com a valorização da diversidade e com a defesa dos direitos humanos nas ruralidades brasileiras. É fundamental que o Estado, as instituições educacionais, os movimentos sociais e a sociedade civil construam ações efetivas voltadas ao enfrentamento das violências de gênero e sexualidade no campo, garantindo proteção, reconhecimento e condições dignas de existência para mulheres, juventudes rurais e sujeitos LGBTQIAPN+. Além disso, faz-se urgente fortalecer pesquisas acadêmicas que problematizem as invisibilidades históricas produzidas nas ruralidades, contribuindo para ampliar a compreensão sobre as múltiplas formas de vida, resistência e pertencimento presentes nos territórios rurais brasileiros.

Dessa maneira, o presente estudo reafirma que discutir gênero e sexualidade no campo não significa impor agendas externas às ruralidades, mas reconhecer que as populações rurais são compostas por sujeitos diversos, portadores de direitos, histórias e

identidades múltiplas. As ruralidades brasileiras são também territórios de afetos, resistências e possibilidades de transformação social, onde diferentes sujeitos seguem construindo, cotidianamente, novas formas de existir, pertencer e lutar por dignidade e justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel González. *Vidas ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência*. Petrópolis: Vozes, 2021.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Relatório nacional de violências contra pessoas LGBTQIAPN+*. Brasília: MDHC, 2025.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e perspectivas de inclusão social. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 15, n. 21, p. 95-118, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MATOS, Marina da Silva. Juventudes rurais, territorialidades e resistência no Brasil contemporâneo. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 25, n. 63, p. 132-150, 2022.

CASTRO, Elisa Guaraná de; PEREIRA, Lorena Izá. Juventudes rurais, educação e territórios contemporâneos. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 24, n. 58, p. 110-129, 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2025*. Brasília: CPT, 2026.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

HAESBAERT, Rogério. *Território e multiterritorialidade: um debate*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Políticas de educação para a diversidade sexual*. Campinas: Autores Associados, 2020.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Educação do Campo, juventudes e diversidade: desafios contemporâneos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, p. 1-18, 2022.
- MÜLLER, Liziany; MACHADO, Gabriella Eldereti; FOLMER, Ivanio. *Práticas homossexuais em ambientes públicos do interior do RS: espaços da sexualidade em microterritórios*. Revista Debates Insubmissos, Caruaru, v. 4, n. 15, p. 117-135, set./dez. 2021. Disponível em: [Revista Debates Insubmissos](#). Acesso em: 21 maio 2026
- PERES, William Siqueira. Sexualidades e ruralidades: deslocamentos, invisibilidades e resistências. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 89-108, 2015.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes; RIBEIRO, Vanessa Costa. Feminismos rurais e resistência camponesa no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 80-97, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

¹ Professoras Doutoradas da Universidade Federal de Santa Maria –RS.

E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Pesquisadores do Grupo de Pesquisa Girassol – CCR/UFSM. E-mail:

[acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)